

ATA 06/2007

1
2 Aos dias cinco de junho de dois mil e sete, às dezenove horas, no Auditório do Conselho Regional de
3 Medicina Veterinária -PG, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS)
4 de Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes: Edson Alves; Lenir
5 Monastirsky; Maria Lucia Tozetto Vettorazzi; Joseane Oliveira; Mirian Malherbi Reusing; Estela Mari
6 Galvan Cuchi; Giana Carla Pinheiro Machado; João Francisco Ferrari; José dos Passos Neto; Neumari
7 Perpétua da Cunha; Jurema Terezinha Barbosa; César José Campagnoli; André Luis de Luca; Silmara
8 Portela da Luz; Cândida Isaura Gambassi; Vera Lucia dos Santos Pereira; Vera Regina Buss Taborda;
9 Silvonete Aparecida Soares; Carlos Eduardo Coradassi, Ines Chuy Lopes e os participantes Rosilene
10 Gomes, Alberto Calvet Neto, Jackson Lopes, Rachel Aparecida Mazzer, Rosilda Baran Martins,
11 Luciamari Moro Conforto dos Santos e Pedro Wosgrau Filho. Verificada a presença de quorum o
12 Presidente Carlos Eduardo Coradassi deu as boas vindas a todos, iniciando sua fala com os assuntos
13 previstos na pauta para a reunião: Votação do Regulamento da Conferência Municipal de Saúde,
14 aprovação das datas propostas para a Conferência e para as Pré-conferências e finalização da questão
15 relacionada as Unidades de Saúde de Apoio passando em seguida para o **Primeiro Item da Ordem do**
16 **Dia**: Informes da Mesa Diretora: A Primeira Secretária, Conselheira Maria Lucia faz a leitura dos
17 ofícios: inicia a leitura com os ofícios recebidos pelo Conselho Municipal de Saúde: O primeiro ofício
18 recebido da Pia União da Copiosa Redenção substituindo a Conselheira suplente Reginalda Galvão
19 pela sr^a Andréia Cristina Belinovski, outro ofício recebido da AACT substituindo a Conselheira
20 suplente Keila Regina Carneiro pela Sr^a Ines Chuy Lopes, um convite recebido do Selo Social, um
21 ofício da Associação Reviver comunicando que foi eleita uma nova Presidente Sr^a Vera Regina Buss
22 Taborda que passa a partir desta data a representar a entidade junto a este Conselho no lugar da
23 Conselheira Luciamari Moro Conforto dos Santos, ofício do CESCAGE solicitando a indicação de dois
24 Conselheiros para representar o Conselho Municipal de Saúde junto ao Comitê de Ética e Pesquisa
25 daquela instituição; um ofício recebido do Pré Vida formalizando a participação da Conselheira Jurema
26 Terezinha Barbosa no Fórum Pré Vida e outro ofício solicitando pauta na próxima reunião ordinária do
27 Conselho; faz também a leitura de uma correspondência recebida da Secretaria Municipal de Saúde que
28 trata dos indicadores do Pacto pela Saúde; ofício do Programa Municipal de DST/Aids convidando
29 para a Oficina de Monitoramento e Avaliação que já aconteceu e contou com a participação da
30 Conselheira Tereza através de indicação dos Conselheiros integrantes da Comissão Organizadora da 7^a
31 Conferência Municipal de Saúde; um convite do selo social para participação na comissão de avaliação
32 do selo social, cujo representante era o Sr. Paulo Saincler que precisa ser substituído; ofício da terceira
33 regional de saúde solicitando a indicação de representantes, titular e suplente, para compor o Comitê de
34 Mortalidade Materno Infantil; da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa uma resposta referente à
35 solicitação do orçamento dos recursos da taxa de vigilância sanitária; outro ofício do Programa
36 Municipal de DST/Aids solicitando a indicação de um representante deste Conselho para participação
37 no curso O Desafio de Envolver-se por Inteiro, o qual já iniciou mas segundo a Conselheira Ines ainda
38 existem vagas; um ofício da Associação Brasileira de Odontologia solicitando a inversão dos cargos
39 dos Conselheiros representantes, ou seja, O Conselheiro César Campagnoli passa a ocupar a
40 titularidade e o Conselheiro André de Luca passa a ocupar a suplência; uma solicitação do Conselho
41 Nacional de Saúde para que sejam atualizados on-line os dados referentes ao cadastro deste Conselho e
42 por fim um convite do Senador Flávio Arns para participação em um programa de Horta Comunitária.
43 A Conselheira Irmã Silvonete faz uso da palavra esclarecendo que existe um outro curso que tinha sido
44 previsto no PAM/Aids 2007 que trata da reabilitação de dependentes químicos, informa que terá início

45 no dia 16 de junho e que existe uma vaga para representação deste Conselho, ressalta ainda a
46 importância da participação de uma pessoa que esteja envolvida com os assuntos desta área por tratar-
47 se de um curso técnico. Segundo a Conselheira este curso será custeado com verba do município e os
48 participantes assinarão um termo de responsabilidade onde se comprometem a devolver aos cofres
49 públicos o valor referente ao curso em caso de desistência no decorrer dos módulos que serão em
50 número de 10 (dez). O Presidente Carlos pede para que sejam feitas as indicações de representantes
51 solicitadas nos ofícios recebidos. Para representação junto ao CESCAGE foram escolhidos a
52 Conselheira Neumari para exercer a titularidade e o Conselheiro Paulo para a suplência; Para
53 representação junto a terceira regional de saúde foram escolhidos o Conselheiro Edson para exercer a
54 titularidade e a Conselheira Cristina para a suplência e como substitutas do Sr. Paulo Saincler junto ao
55 Selo Social foram escolhidas a Conselheira Joseane para exercer a titularidade e a Conselheira Mirian
56 para a suplência. A Primeira Secretária dá continuidade com a leitura dos ofícios enviados pelo
57 Conselho Municipal de Saúde: um primeiro ofício enviado ao Conselho Regional de Medicina
58 Veterinária solicitando o auditório para realização da presente reunião; um outro ofício enviado a
59 Coordenadoria administrativa solicitando a aquisição de persianas para o Conselho Municipal de Saúde
60 as quais já foram instaladas na sede; um outro ofício enviado a Rosilene solicitando alteração na lei
61 municipal que diz respeito aos recursos das casas de apoio Pia União da Copiosa Redenção, AACT e
62 CEJOCOMD; um ofício enviado ao gabinete do Sr. Prefeito solicitando os serviços de cerimonial para
63 a 7ª Conferência Municipal de Saúde; um ofício enviado a Universidade Estadual de Ponta Grossa
64 solicitando a disponibilização do grande auditório e de dez salas de aula para a realização da 7ª
65 Conferência Municipal de Saúde e um último ofício enviado para a Coordenadoria Administrativa
66 solicitando o carro 2 vezes por mês. O Presidente Carlos dá seqüência à reunião fazendo a leitura do
67 artigo 6º da Resolução 333 que dispõe sobre a organização dos Conselhos de Saúde e ressalta que os
68 conselheiros estão representando uma entidade junto ao conselho e não interesses próprios. Em seguida
69 passa a palavra a Conselheira Neumari, coordenadora da Comissão Organizadora da 7ª Conferência
70 Municipal de Saúde . A conselheira inicia sua fala explicando aos demais conselheiros que a comissão
71 já se reuniu quatro vezes e que trouxeram para apreciação e votação o Regulamento da 7ª Conferência
72 Municipal de Saúde e as datas para realização da mesma, lembra que a referida comissão está aberta
73 para participação dos demais conselheiros e pessoas que tenham afinidade com a questão do controle
74 social. A Conselheira Lenir informa que não recebeu a convocação para a última reunião da Comissão,
75 a Conselheira Neumari informa a todos que a próxima reunião será no dia 14 de junho – quinta-feira –
76 às 17h30min e pede para que a estagiária Flávia ligue para os Conselheiros e confirme a reunião. Dá
77 seqüência informando que as datas escolhidas para realização da Conferência foram os dias 20 e 21 de
78 julho de 2007 e que o local conseguido para a realização foi a Universidade Estadual de Ponta Grossa,
79 sendo o grande auditório para discussão geral e algumas salas do bloco A para que possamos
80 desenvolver os trabalhos, ressalta ainda que esta foi uma decisão conjunta da Comissão Organizadora.
81 Em seguida fala sobre o tema explicando que em um primeiro momento houve uma discussão e
82 decidiram por algum tema relacionado ao pacto de gestão e controle social pois a Comissão ainda não
83 tinha recebido o tema do Conselho Nacional e Estadual de Saúde, na segunda reunião da Comissão
84 receberam o tema do Conselho Nacional e Estadual e por uma questão lógica optou-se por seguir o
85 mesmo tema contemplando nos trabalhos os assuntos relacionados ao pacto de gestão e ao controle
86 social sem deixar de seguir as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde. O tema ficou definido então
87 como, Saúde e Qualidade de Vida: política e desenvolvimento. Quanto à metodologia a comissão
88 discutiu e a idéia sugerida é que se faça uma mesa redonda com a fala dos quatro segmentos

89 representantes do Conselho Municipal de Saúde, sendo que foram levantados alguns possíveis nomes
90 de palestrantes para dirigir as falas e fornecer subsídios para debate. Explica ainda que no dia 20 às
91 19:00 horas haverá a fala de uma palestrante do segmento dos usuários, Senhora Rosalina Batista,
92 bastante conhecida a nível nacional e com vasto conhecimento na área de controle social, e, no dia
93 21/07 que segundo a coordenadora será um dos momentos mais importantes virá um representante do
94 segmento de gestores Sr. Júlio Sandrini, que foi um nome de consenso dentro da comissão, em relação
95 aos prestadores de serviços foi indicado o nome do ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr.
96 Cláudio Marmentini que é uma pessoa que tem um bom conhecimento sobre a questão, representando
97 os usuários novamente a Sr^a Rosalina Batista e no segmento dos trabalhadores em saúde ainda está por
98 definir o nome do palestrante. Informa que o cronograma de atividades será entregue na seqüência e que
99 nesta reunião precisam votar o Regulamento que difere de Regimento, pois este será votado na
100 conferência pelos delegados participantes, explica ainda que o regulamento são as diretrizes
101 norteadoras para realização da Conferência e que as questões burocráticas já estão sendo encaminhadas
102 pelo gestor. Informa que na sexta-feira dia 20/07 será servido o café e que no dia 21/07 será servido o
103 café da manhã, almoço e café da tarde. Com relação às pré –conferências foram definidas algumas
104 datas: o segmento trabalhador, gestor e prestador farão a pré-conferência no dia 26/06/2007 às 19:00 na
105 sede da Associação Brasileira de Odontologia com uma metodologia de mesa redonda, esclarece que só
106 vai poder participar da conferência a entidade que participar da pré-conferência de seu segmento, a pré-
107 conferência dos usuários é uma questão mais complicada pois abrange todas as regiões e mais a zona
108 rural, em um primeiro momento pensou-se em fazer apenas uma pré-conferência chamando todos os
109 segmentos em um único dia depois foi discutida a viabilidade e chegou-se a conclusão que não teria o
110 caráter de pré-conferência, ficando então definido que se dividirá a cidade em quatro e serão realizadas
111 5 pré- conferências conforme divisão por regiões, sendo: dia 21/06 – Centro; 22/06 – Uvaranas; 28/06
112 – Nova Rússia e 29/06 – Oficinas, na Zona Rural a Pré-conferência será realizada no sábado dia 07/07
113 a partir das 14:00horas. Os locais serão definidos posteriormente. A Coordenadora da comissão ressalta
114 a importância da ajuda de todos os conselheiros pois o número de trabalhos a serem realizados é
115 grande. A Conselheira Vera pergunta se a pré-conferência é aberta para a população em geral então por
116 que não realiza-las nos salões paroquiais das igrejas ou escolas pois as questões de saúde independem
117 de questões religiosas. A coordenadora inicia a leitura do Regulamento, sendo sugeridas as seguintes
118 alterações: no artigo primeiro objetivo IV desmembrar em dois objetivos ficando a redação da seguinte
119 forma: “(...) IV - Eleger os delegados para participarem da 8ª Conferência Estadual de Saúde, V –
120 Fornecer subsídios para a participação na 8ª Conferência Estadual de Saúde.” e no parágrafo segundo
121 alterar a redação incluindo vírgulas : “(...) e de escolher os delegados oficiais que, no início das
122 atividades da 7ª Conferência Municipal de Saúde, apreciarão e votarão o Regimento Interno que irá
123 reger a Conferência .”. Arrumar o erro de digitação no Capítulo II, Seção I Artigo 3º da palavra
124 conjunto; a Conselheira Maria Lúcia questiona se no parágrafo 2º do capítulo I deve constar a escolha
125 dos delegados ou da instituição delegada porque quem não participar da pré - conferência não vai poder
126 participar da conferência e ela não vai poder participar em virtude de outro compromisso, pergunta a
127 Conselheira Lenir se na pré-conferência é eleita a instituição ou a pessoa delegada representando e a
128 Conselheira Lenir responde que é o delegado. A Conselheira Neumari diz que o delegado representa a
129 instituição e que pode-se alterar a redação incluindo e/ou no ponto de dúvida e o Conselheiro Paulo
130 ressalta a importância da realização da pré –conferência, a Conselheira Vera Questiona se com a
131 alteração da redação e entidade pode mandar para participar da Conferência uma pessoa que não tenha
132 participado da pré-conferência, diante da resposta afirmativa o Presidente Carlos e alguns conselheiros

133 dizem que dessa forma a realização da pré-conferência perde o sentido, pois o objetivo é concentrar
134 para diminuir o tempo de realização da conferência. Decide-se então por manter a redação original.
135 Surge polêmica em relação ao parágrafo 1º, inciso I do Capítulo II Seção I que discorre sobre a
136 participação dos usuários, o impasse está especificamente na parte que trata da participação de
137 organizações não governamentais ligadas a área da saúde que não recebam verba pública, auxílio e
138 subvenção social. A Conselheira Ines questiona o por que desta exigência e a Coordenadora Neumari
139 responde que existem muitas entidades que pelo fato de receberem verba governamental poderiam
140 sentir-se ameaçadas na hora de votar caso o seu voto não acompanhasse o voto do gestor, a conselheira
141 Ines diz que dessa forma serão tiradas da representação junto ao Conselho muitas entidades. A
142 Conselheira Lenir diz que as entidades que representariam o usuário não poderiam receber verba
143 pública assim como os representantes dos usuários não poderiam ser trabalhadores ligados ao
144 município ao Estado a União conforme recomendação do Conselho Nacional e Estadual de Saúde. O
145 Conselheiro Campagnoli diz que em Curitiba houve a recomendação de que as entidades que
146 estivessem ligadas ao setor público seria interessante que não participasse do Conselho para que não
147 momento das votações não houvesse constrangimentos. A Conselheira Neumari diz não ter nada oficial
148 mas há um questionamento quanto a participação da Pastoral da Criança no Conselho Nacional de
149 Saúde. A Conselheira Neumari diz que é uma questão complicada, mas precisa ser resolvida. Lenir diz
150 que é importante colocar que a UAMPG vai abrir espaço para participação das outras Associações de
151 moradores que hoje são representadas apenas pelo Conselheiro Idison, preenchendo desta forma o
152 número necessário de representação de usuários. Conselheira Neumari abre espaço para propostas e
153 votação. Surge a preocupação de não se alcançar a representatividade necessária pelo segmento
154 usuário, pois as associações podem não comparecer. O Presidente Carlos diz que é preciso resolver, se
155 algum conselheiro quiser fazer alteração que se faça neste momento. A Conselheira Cândida pergunta
156 se não seria viável esperar chegar a determinação do Conselho Nacional e só então voltar a esta
157 discussão. A Coordenadora Neumari responde que este assunto ainda está em fase de discussão e que
158 não existe nada oficial. Rosilene sugere a alteração do texto. O Presidente abre para votação e a
159 Conselheira Lenir diz que o texto como está trata apenas das instituições e não do usuário que também
160 é trabalhador. O Presidente pede que os conselheiros façam as alterações que entendem necessárias e
161 encaminhem para a mesa verificar e colocar para a plenária. O Conselheiro Paulo fala que para uma
162 entidade poder participar e ser eleita para o Conselho ela não deveria receber verba pública, mas esta
163 mesma entidade depois de eleita não poderá vir a receber verba pública. Lenir diz que a entidade que
164 recebe verba pública não pode representar o segmento usuário. Conselheiro Paulo pergunta se o
165 trabalhador de saúde não pode participar da Conferência com o usuário e a resposta é afirmativa.
166 Solicita-se então a colaboradora Rosilene que auxilie na alteração do texto. Segue-se com a leitura do
167 texto e a Conselheira Maria Lúcia pede para que onde constam os números de participantes por
168 segmento seja substituído pelas porcentagens. O Conselheiro Idison questiona o prazo para
169 substituições mencionadas no parágrafo 9º do capítulo II seção I, abre-se espaço para votação e
170 decide-se pela manutenção da redação original por 13votos. O Conselheiro André solicita que seja
171 colocado um adendo de que o suplente que irá substituir também tenha participado das discussões na
172 pré-conferência. O Sr. Prefeito Municipal presente na reunião pede espaço para considerações dizendo
173 que precisa retirar-se em virtude de outro compromisso e pede que o Sr. Alberto Calvet o represente no
174 momento de fazer comentários a respeito da implantação das Unidades de Saúde de Apoio, fala ainda
175 da necessidade dessas unidades e da realização de parcerias para fazê-las funcionar, pois o limite
176 prudencial não permite a contratação. O Presidente Carlos retoma a questão referente a representação

177 dos usuários fazendo a leitura do adendo escrito pela colaboradora Rosilene: “(...) Os representantes
178 dos usuários não podem fazer parte do quadro de funcionários públicos municipal, estadual ou
179 federal.” A Conselheira Vera diz que pelo regulamento ela é Conselheira nata, representa uma entidade
180 e representa o usuário e está definido que não pode ser delegada pergunta então como fica a situação. A
181 Conselheira Neumari diz que ela não pode ser delegada representando o segmento de usuários. E o
182 Presidente Carlos responde que as adequações necessárias serão realizadas na própria Conferência. O
183 Conselheiro Paulo pede que seja incluído no texto após subvenção social o texto que define que estão
184 ligadas as áreas da saúde. O Presidente faz a leitura da Resolução 333 que trata da composição do
185 Conselho Municipal de Saúde. O Conselheiro Campagnoli lembra que estamos representando uma
186 entidade e não defendendo interesses pessoais. Abre-se espaço para votação sendo: proposta – inclusão
187 do texto conforme resolução 333 com o adendo escrito pela Rosilene mais a inclusão do texto da área
188 da saúde ao final do texto do inciso I, parágrafo 1º do capítulo II seção I, a proposta é aprovada com
189 um total de 15 votos a favor e 3 votos contrários. Dando seqüência a coordenadora Neumari continua a
190 leitura do regulamento. Altera-se a data de entrega das teses do dia 10/07 para o dia 15/07, o
191 Conselheiro Neto pergunta se todas as teses precisam necessariamente passar pelas pré-conferências, a
192 resposta é que não, mas elas devem ser entregues a Comissão até o dia 15/07/2007, e o que é discutido
193 na pré-conferência é discutido na Conferência. A Conselheira Neumari informa ao Conselheiro Edson
194 que ele foi eleito vice-coordenador da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde.
195 Dá-se continuidade a leitura do regulamento. O Presidente Carlos informa que até a presente data o
196 Conselho acreditava que a verba de seu orçamento era de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais),
197 entretanto, através de informação não oficial soube-se que a verba liberada corresponde a R\$20.000,00
198 (vinte mil reais), e ressalta que com esse valor não é possível realizar a conferência e ainda custear as
199 despesas necessárias para participação em eventos no decorrer do ano. A Srª Rosilene informa que a
200 solicitação de dotação orçamentária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) foi encaminhada
201 para a Câmara Municipal a fim de votação e voltou para a Secretaria Municipal com o corte. O
202 Presidente fala então que as despesas com a Conferência deverão correr por conta da Secretaria
203 Municipal de Saúde e a Srª Rosilene informa que todos os protocolos já foram encaminhados com a
204 dotação orçamentária do Conselho mas que é possível solicitar uma suplementação no orçamento.
205 Informa ainda que não foi prestado contas dos recursos liberados para a viagem dos Conselheiros
206 Idison e Marcos para participação na 14ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e que enquanto não
207 ocorrer a prestação de contas a Secretaria Municipal de Saúde não pode liberar recursos para o
208 Conselho. Pede-se para alterar o Capítulo que fala dos recursos financeiros deixando apenas que os
209 recursos utilizados serão da Secretaria Municipal de Saúde. O Conselheiro Campagnoli solicita a
210 alteração do texto do artigo 11º do capítulo IV ficando a redação da seguinte forma: “ Serão admitidas
211 teses encaminhadas somente por entidades participantes das pré-conferências por segmento (...)”, são
212 solicitadas ainda correções de digitação e formatação. O Conselheiro Neto sugere que seja incluído no
213 regulamento um artigo solicitando a divulgação das datas das pré-conferências e da Conferência
214 Municipal de Saúde em diário oficial, assim como a divulgação do relatório final da Conferência. A
215 Conselheira Neumari abre espaço para colocações. A Conselheira Irmã Silvonete pede que no artigo
216 24º a redação seja alterada para “(...) a Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente,
217 em sua falta pelo Vice ou (...)” Sem objeções a sugestão é acatada. A Conselheira Lenir fala que na
218 reunião da Comissão foi falado em comparar as propostas da Conferência anterior com aquilo que não
219 foi realizado e pergunta se esta comparação será feita pela própria comissão. A coordenadora Neumari
220 responde que serão feitas nas pré-conferências e também nas comissões de sistematização. O

221 Conselheiro Campagnoli faz a leitura do artigo que fala sobre a Composição do Conselho parágrafo 1º
222 sugerindo que o texto seja alterado para o seguinte: “(...) mediante apresentação de documento de
223 identificação, desde que tenha participado das pré-conferências. Sugestão aceita, a conselheira Neumari
224 informa que na próxima reunião ordinária será entregue cópia alterada do regulamento para os
225 Conselheiros. O Presidente informa que está a disposição dos Conselheiros cópia do Regimento Interno
226 que fez tanta falta na última reunião ordinária. O Conselheiro Idison sugere que seja solicitada
227 autorização a Viação Campos Gerais para ser colocado cartaz da Conferência Municipal nos ônibus. O
228 Presidente fala que o único problema com relação a Viação Campos Gerais é que existe uma fila para
229 esse tipo de divulgação, mas é uma sugestão válida. Sem mais colocações relacionadas ao regulamento
230 passa para o **Segundo item da Ordem do dia:** Votação das Unidades de Saúde de Apoio. O Presidente
231 faz um breve relato sobre o ocorrido na última reunião ordinária referente a votação das USA’s no
232 modelo de gestão apresentado, como no regimento interno do Conselho não está prevista a questão do
233 voto de desempate a mesa diretora reuniu-se e trouxe a proposta de desmembramento, ou seja, vota-se
234 primeiro a aprovação ou não das USA’S e em caso de aprovação em seguida vota-se o modelo de
235 gestão, terceirizado ou gestão própria. O Conselheiro Edson manifesta-se dizendo que em caso de
236 aprovação das USA’s que o gestor tenha a oportunidade de defender o modelo de gestão proposto no
237 projeto. **O participante Sr. Alberto Calvet Neto diz que USA é o nome dado a um projeto que**
238 **substitui o CAS e que tem por objetivo unifica-los, pergunta ainda se o CAS já não foi aprovado e**
239 **o Presidente responde que sim mas com modelo de gestão própria.**O Sr. Calvet diz que diante da
240 aprovação dos Cãs não há necessidade da aprovação das USA’s; O Presidente fala que se formos
241 analisar ao pé da letra o que chegou ao Conselho foi um novo projeto para aprovação das USA’s, no
242 qual o gestor poderia ter citado que as USA’s substituiriam o CAS, mas isso não está contemplado no
243 projeto, todavia, esclarece que se for da aprovação da plenária, o gestor poderá apresentar um
244 substitutivo fazendo as justificativas necessárias. A Conselheira Lenir pergunta se não se trata apenas
245 de uma questão de nome e o Presidente responde que são projetos diferentes. O Sr. Calvet,
246 representante do gestor faz suas considerações dizendo que as USA’s surgiram da necessidade de se
247 implantar um modelo prévio nos três terminais de transporte coletivo a fim de melhorar o atendimento
248 às consultas básicas. Faz um breve relato sobre a situação da saúde informando que no Hospital São
249 Camilo teremos a abertura de mais 30 leitos; que a reforma no Pronto Socorro Municipal está quase
250 pronto e estuda-se a abertura de uma UTI; o Centro Municipal de Especialidades foi reformado e
251 ampliado; o Centro Municipal da Mulher aumentou o número de coletas para exames preventivos; o
252 laboratório diminuiu o prazo para entrega de exames; o programa de puericultura atingiu maior número
253 de consultas.; algumas unidades de saúde estão sendo reformadas e também houve o aumento do
254 número de Programas de Saúde da Família. Retoma em seguida sua fala referindo-se a questão das
255 USA’s, diz que essas unidades são necessárias para facilitar o acesso da população a unidade e
256 desafogar o Pronto Socorro Municipal do atendimento de consultas básicas uma vez que este deve
257 priorizar o atendimento de urgência. Explica que se faz necessário firmar parcerias porque o limite
258 prudencial não permite a contratação de funcionários, reconhece ainda que o problema é grave e
259 necessitamos definir uma solução. O participante Vladimir manifesta sua opinião dizendo que as
260 USA’s são uma tentativa desesperadora de reunir a demanda de pacientes no centro da cidade , cita
261 exemplos de outros modelos parecidos com as USA’s como o modelo espanhol. Fala que afirmar que o
262 Pronto Socorro está bonitinho é fácil, mas segundo ele está “bonitinho mas ordinário” e que as USA’s
263 não serão a solução para o problema da saúde no município. O coordenador da comissão de
264 acompanhamento da atenção básica informa que reuniram-se sete vezes para avaliar o projeto e em

265 nenhuma das oportunidades o gestor apresentou os documentos solicitados pelo Conselho e que a
266 Prefeitura em nenhum momento apresentou a redução de cargos comissionados e funções gratificadas
267 para tentar estabilizar o problema do limite prudencial e por isso o parecer da Comissão é desfavorável,
268 diz ainda que não é contrário as USA's, mas sim a terceirização pela banalização do serviço. O
269 Conselheiro Neto diz que segundo o Tribunal de Contas para que se gaste um dinheiro público na
270 atenção básica deve-se provar que todos os profissionais estão cumprindo sua carga horária legítima. O
271 Conselheiro Idison fala que como usuário este projeto vem amenizar a questão do deslocamento até as
272 unidades de saúde. O Conselheiro Campagnoli diz que a questão é verificar o que fazer para melhorar a
273 atenção básica; e mais, que o Pronto Atendimento está funcionando e ele seque sabe onde está
274 localizado. Sugere que o gestor implante um 1º modelo para que possamos avaliar seu funcionamento,
275 salienta que é necessário comprometimento porque senão o ano de 2007 vai terminar e a população está
276 perecendo. O Conselheiro Paulo diz que o problema é que as unidades básicas foram implantadas em
277 lugares aleatórios, sem estudo prévio, apenas por questões políticas e que os documentos apresentados
278 pelo gestor não convencem da necessidade de implantação das unidades. O Conselheiro Edson
279 manifesta-se dizendo que os comentários feitos a respeito do Pronto Socorro Municipal não passam de
280 rechaço, pois o Pronto Socorro tem atendido 300 consultas e 7 cirurgias por dia, e que o projeto das
281 Usas's demandou vários dias de trabalho e pesquisas coordenados pelo Dr. Calvet com a colaboração
282 dos agentes comunitários de saúde, esclarece que são profissionais e não amadores. Sugere que haja
283 fiscalização por parte do Conselho e que se a empresa responsável pela execução do serviço não estiver
284 realizando-os a contento que o contrato seja rescindido e passado para outra empresa. A Conselheira
285 Lenir informa que buscou esclarecimento junto ao Tribunal de Contas no que se refere a questão da
286 terceirização e obteve como resposta que a prioridade são as ações de saúde, ou seja, que a população
287 seja atendida. O Presidente Carlos lembra que existem outros serviços terceirizados na área da saúde e
288 que não passaram pela aprovação do Conselho, prossegue então dando início a votação das USA's que
289 é aprovado por unanimidade de votos, em seguida a votação do modelo de gestão sendo aprovada a
290 terceirização por 12 votos contra 06 votos do modelo de gestão própria. O Conselheiro Neto solicita
291 declaração de voto contrário e também o fazem os Conselheiros: Neumari, João Fernando e Carlos. È
292 sugerida ainda que os Conselheiros que votaram a favor da terceirização e os demais que desejarem ,
293 formem uma Comissão Fiscalizadora para acompanhar os trabalhos desenvolvidos nas
294 USA's. **Informes dos Conselheiros:** A Conselheira Irmã Silvonete fala sobre a divulgação do Fórum
295 Pré Vida e pede aos Conselheiros que levem o material para divulgação em suas instituições. O
296 Conselheiro Idison pede que o Conselho oficialize a questão da informatização das unidades de saúde e
297 fala da questão da segurança da unidade de saúde do rio verde. O Presidente diz que estas
298 oficializações já foram efetuadas. Sem mais informes o Presidente dá por encerrada a reunião às
299 22h07min.